

## Parte 1 - Subordinação na oração

4 - A oração propósito

Michel Gustavo Fontes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONTES, MG. A oração propósito. In: PEZATTI, EG., orgs. *Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 93-119. ISBN 978-85-6833-480-5. Available from: doi: [10.7476/9788568334805](https://doi.org/10.7476/9788568334805). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/zpbsx/epub/pezatti-9788568334805.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 4

## A ORAÇÃO PROPÓSITO

*Michel Gustavo Fontes\**

### Palavras iniciais

A relação adverbial propósito, conforme Cristofaro (2003), liga dois estados de coisas, de forma que um deles (o principal) é realizado com o objetivo de obter a realização do outro (o dependente). No exemplo (1), o evento de imprimir um rascunho do capítulo é realizado por um sujeito que tem como objetivo, ou propósito, “procurar por erros de digitação”. Há, portanto, dois eventos, ou dois estados de coisas, articulados por meio da função propósito.

- (1) I printed out a draft of this chapter **in order to look for typos.**  
Eu imprimir um rascunho deste capítulo **para procurar por erros de digitação.**  
(cf. Cristofaro, 2003, p.157)

Segundo essa autora, a semântica da relação propósito é muito similar à da relação de complementação estabelecida por predicados

---

\* Aluno de doutorado do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas (michelfontes2002@yahoo.com.br).

desiderativos, já que, em ambos os casos, há, por parte de um dos participantes, um objeto de desejo que instancia a realização de um estado de coisas. Além disso, considera que a relação propósito pode ser incluída no domínio da modalidade deôntica, uma vez que, assim como os predicados encaixadores modais, desiderativos e manipulativos, tal relação implica a existência de uma entidade que assume determinada atitude em relação à realização futura de um estado de coisas.

As orações propósito são comumente denominadas orações finais. Para Dias (2001a), as orações finais “codificam um movimento de uma origem para um objeto de finalidade, no mundo das intenções” (p.25). Já para Neves (2011a) “as *orações finais* se caracterizam semanticamente como expressões da *finalidade*, ou do *propósito* que motiva o evento expresso na *oração principal*” (p.888, grifos da autora). Seguindo as propostas de análise de Wakker (1987), Hengeveld (1998), Pérez Quintero (2002) e Cristofaro (2003), optamos pela denominação “oração propósito”, uma vez que tais orações, enquanto constituintes opcionais de determinado enunciado, expressam o propósito que a entidade controladora do evento da oração principal quer atingir por meio da realização de outro evento (cf. Walker, 1987).

Levando em conta essa caracterização da relação adverbial propósito, excluímos no trabalho aqui apresentado casos como os dos exemplos (2) e (3). Neles, a oração iniciada por “para” (cf. (2)) ou por “para que” (cf. (3)), mesmo preservando a leitura de finalidade, não pode ser considerada como um exemplo de oração propósito, pois não se liga ao estado de coisas anterior como um todo, mas somente a um único constituinte desse estado de coisas (cf. Wakker, 1987).

- (2) -> é uma lia[...], tratam de linhaça, que é a semente, que até é muito, diz que é muito bom **para deitar em vistas quando, quando está inflamado** (Portugal 96: Linho)
- (3) não é, vê-se isso no mundo industrial, não é, em que se criam diferenças entre as pessoas que trabalham e... se procura que hajam interesses pessoais **para que, eh, cada um tenha qualquer coisa a defender e não haja espírito de que há... uma coisa colectiva a defender** (Portugal 95: Grandes cidades)

Neves (2011a) afirma que uma oração iniciada com “para que” ou com “para + infinitivo” (formas bastante produtivas na estruturação de orações propósito) pode ligar-se a um núcleo nominal e, dessa forma, comportar-se como uma completiva nominal, não como uma oração propósito. Em (2), a oração introduzida por “para” está ligada ao adjetivo “bom”, e não ao estado de coisas expresso pela oração principal, assim como em (3) a oração introduzida por “para que” está ligada ao elemento nominal “interesses pessoais”. Embora a leitura de finalidade ou de propósito seja possível nesses exemplos, tomamos o cuidado de excluir tais dados de nossa análise, uma vez que, de acordo com Neves (2011a), tais orações comportam-se como completivas nominais,<sup>1</sup> e não como orações finais ou propósito.

Nosso objetivo, aqui, é verificar as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas envolvidas na expressão da relação propósito, visando propor padrões de estruturação para tal relação. Esses padrões evidenciam como diferentes condicionamentos discursivos (pragmáticos e semânticos) estão envolvidos na estruturação de um fenômeno linguístico particular, especificamente na expressão da relação propósito.

A Gramática Discursivo-Funcional (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008), como modelo de gramática organizado hierarquicamente em níveis e camadas, oferece parâmetros adequados para a proposição desses padrões de estruturação da relação propósito, já que tais padrões demonstram o alinhamento entre a operação de formulação, nos níveis representacional e interpessoal, e a codificação, no nível morfossintático. Ou seja, os padrões aqui propostos mostram como a estrutura, no nível morfossintático, é moldada ou condicionada por fatores e determinações de ordem semântica, do nível representacional, e de ordem pragmática, do nível interpessoal.

---

1 Para maiores detalhes a respeito da oração completiva nominal, ver o Capítulo 9 desta obra.

## A estrutura semântica da oração adverbial propósito no português

A subordinação, no arcabouço da GDF, é tratada no nível morfo-sintático, especificamente na camada da oração, e é definida por meio da operação de encaixamento: “Clauses may occur as constituents of other clauses as adverbial, complement, or predicate clauses” [Orações podem ocorrer como constituintes de outras orações, como orações adverbiais, completivas ou predicativas] (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.352). As orações adverbiais, assim como as relativas,<sup>2</sup> são aquelas que, em determinado enunciado, funcionam como modificador de outra oração.

Hengeveld e Mackenzie (2008), ao primarem pelo alinhamento entre os níveis da GDF, consideram que “we may classify subordinate constructions in terms of the interpersonal or representational layer that underlies them” [qualquer construção subordinada pode ser classificada levando em conta as camadas representacionais ou interpessoais que subjazem à sua estrutura] (p.362). No caso das orações completivas, por exemplo, a semântica do predicado matriz seleciona os tipos de unidades semânticas ou pragmáticas que pode tomar como dependentes (cf. Noonan, 1985; Sousa, 2011);<sup>3</sup> “in the case of adverbial subordination it is the semantic function or lexical conjunction that restricts the layers with which it may combine” [no caso das adverbiais, é a função semântica ou a conjunção lexical que restringe as camadas que podem ser articuladas] (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.362).

Hengeveld (1998), buscando uma correlação sistemática entre tipos semânticos de orações adverbiais e a forma como são expressas, propõe quatro parâmetros interatuantes na constituição semântica interna delas: 1) tipo de entidade designada pela oração adverbial; 2) referência temporal; 3) factualidade; 4) pressuposição. Nesta seção, utilizamos esses quatro parâmetros para caracterizar a estrutura semântica interna da oração propósito no português.

---

2 Para maiores detalhes a respeito das relativas, ver os Capítulos 10 e 11 desta obra.

3 Para maiores detalhes a respeito do tema, ver o Capítulo 2.

Em relação ao primeiro parâmetro, tipo de entidade designada pela oração adverbial, Hengeveld (1998), estendendo a classificação de Lyons (1977) e retomando a de Dik (1997a; 1997b), considera que as orações adverbiais podem designar cinco diferentes tipos de entidades, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de entidades

<b>Tipo de entidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Avaliação</b>
Ordem zero	Propriedade	Aplicabilidade
Primeira ordem	Indivíduo	Existência
Segunda ordem	Estado de coisas	Realidade
Terceira ordem	Conteúdo proposicional	Verdade
Quarta ordem	Ato de fala	Informatividade

Fonte: Hengeveld (1998).

Ao adotar a perspectiva da GDF, como já prevê Oliveira (2008), algumas alterações devem ser feitas nesse quadro. Primeiramente, o ato de fala, nessa gramática, é uma entidade pragmática e, portanto, pertence ao nível interpessoal. Como nosso foco está sobre a estrutura semântica da oração adverbial propósito, devemos nos deter nas entidades distinguidas no nível representacional. Nesse nível, Hengeveld e Mackenzie (2008) identificam outras entidades além das três restantes (propriedade, estado de coisas e conteúdo proposicional), conforme se observa no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias semânticas do nível representacional

<b>Categoria semântica</b>	<b>Variável</b>	<b>Exemplo</b>
Conteúdo proposicional	p	Ideia
Episódio	ep	Sumário
Estado de coisas	e	Encontro
Propriedade configuracional	f	Colorir
Indivíduo	i	Cadeira
Lugar	l	Jardim
Tempo	t	Semana
Modo	m	Maneira
Razão	r	Razão
Quantidade	q	Litro

Levando em conta que, na acepção da GDF, estados de coisas são entidades que podem ser localizadas no tempo e no espaço e avaliadas em termos de seu estatuto de realidade, a relação propósito articula dois estados de coisas, isto é, tanto a oração propósito como a oração principal designam um estado de coisas, como se observa em (4).

- (4) mas o rapaz sai daqui para lá **para procurar emprego** (Brasil 80: Jogo do bicho)

**NR:** ( $e_i$ : [(o rapaz sai daqui para lá) ( $e_i$ )]: ( $e_i$ : [(procurar emprego) ( $e_i$ )<sub>Purpose</sub>])

A oração em negrito designa o evento, o estado de coisas, de o rapaz procurar emprego. Esse evento é o objetivo ou o propósito com que se realiza outro estado de coisas, especificamente o de “o rapaz sair do lugar em que nasceu e ir para outro lugar”. Dessa forma, podemos notar que a relação propósito articula dois estados de coisas: o dependente designa o propósito ou o objetivo de realização do principal.

As orações propósito, portanto, atuam como modificadores de um núcleo, no caso, a oração principal. Dessa forma, podem ser consideradas constituintes opcionais que restringem outro estado de coisas, representado na oração nuclear. Entre o estado de coisas com estatuto de modificador e aquele com estatuto de núcleo estabelece-se a função semântica (ou relação) propósito (*purpose*, no inglês), que codifica o propósito, ou a finalidade, no mundo das intenções, que um sujeito agente e controlador deseja atingir por meio da realização de um estado de coisas (cf. Dias, 2001b).

O segundo parâmetro semântico (referência temporal), que Pérez Quintero (2002) chama de dependência temporal, tem origem nas considerações de Noonan (2007) sobre as orações complementivas: “A complement has dependent or determined time reference (DTR) if its time reference is a necessary consequence of the meaning of the CTP” [Um complemento tem referência temporal

dependente (RTD) se sua referência temporal é uma consequência necessária do significado do predicado encaixador] (p.102). Já de acordo com Hengeveld (1998), que adapta a aplicação de tal parâmetro às orações adverbiais, o parâmetro de referência temporal busca caracterizar a relação temporal instaurada entre a oração adverbial e a oração nuclear e, portanto, não considera somente o tempo da oração dependente, mas também a relação temporal existente e estabelecida entre uma oração dependente e uma oração nuclear. De acordo com esse parâmetro, as orações adverbiais podem ter referência temporal dependente (RTD) ou referência temporal independente (RTI) em relação à oração núcleo.

Com base em exemplos de orações completivas do inglês (cf. (5) e (6)), Hengeveld (1996) mostra a diferença entre RTD e RTI.

- (5) a I saw him leave.  
Eu o vi sair.  
b \*I saw him have left.  
\*Eu o vi ter saído.
- (6) a I regret that he leaves today.  
Eu lamento que ele vá hoje.  
b I regret that he left yesterday.  
Eu lamento que ele tenha ido ontem.

Segundo o autor, os complementos de *see* e de *regret* são ambos entidades de segunda ordem, ou seja, estados de coisas. A diferença entre eles está no fato de *see* instaurar uma relação de simultaneidade com seu complemento, de modo que a forma verbal da oração completiva é dependente (RTD) da forma verbal da oração principal, e de *regret* não instaurar tal relação de dependência, de modo que o complemento desse verbo é independente (RTI) do evento principal.

Para as orações adverbiais, a mesma distinção pode ser estabelecida, conforme demonstram Hengeveld (1993; 1996; 1998) e Pérez Quintero (2002) para dados do inglês.



- (7) a He cut himself **while shaving**.  
Ele se cortou ao fazer a barba.
- b \*He cut himself **while having shaved**.  
\*Ele se cortou ao ter feito a barba.
- (8) a The streets are wet **because it is raining**.  
As ruas estão molhadas porque está chovendo.
- b The streets are wet **because it has been raining**.  
As ruas estão molhadas porque tem chovido.

Em (7), a oração de tempo simultâneo não admite alteração em sua forma verbal devido à relação que estabelece com sua oração nuclear, isto é, apresenta RTD em relação à oração nuclear. Já em (8), a oração causal admite tal alteração e, portanto, apresenta RTI em relação à oração nuclear.

No que diz respeito ao modo e ao tempo verbal, as orações propósito, no português, podem construir-se com verbos conjugados no subjuntivo (cf. (9)) ou no infinitivo (cf. (10)).

- (9) a então, há dois aspectos importantes que é, primeiro, fazer a ed[...], a campanha de educação ambiental, alertar as populações, **para que a maioria tenha consciência do que está a fazer e do que deve ser feito, como pode ser feito**. (Angola 97: Guerra e ambiente)
- b então, há dois aspectos importantes que é, primeiro, fazer a ed[...], a campanha de educação ambiental, alertar as populações, para que a maioria tenha consciência do que está a fazer e do que deve ser feito, como pode ser feito. segundo, ao mesmo tempo fazer publicação de leis **para que logo a seguir seja possível a aplicação de acções coercivas** (Angola 97: Guerra e ambiente)
- (10) a Desorientados, não é, porque nós não conseguimos ainda nos situar bem, **para definirmos como um povo democrático**. (Guiné-Bissau 95: Democracia)
- b Então, você sai da fazenda **para ficar supervisionando, essas coisas assim que absolutamente não te afetam muito...** (Brasil 80: Fazenda)

Nas duas ocorrências em (9), a oração propósito apresenta o verbo conjugado no presente do subjuntivo. Nota-se, além disso, que nos dois casos, a relação propósito é estabelecida por meio de “para que”. Fica evidente, dessa forma, que orações propósito com verbo no subjuntivo são iniciadas pela locução conjuntiva “para que”. Já em (10), as ocorrências revelam orações propósito com verbos no infinitivo, flexionado (cf. (10a)) ou não (cf. (10b)). Na forma finita, as orações propósito são encabeçadas pela preposição “para”.

A fim de verificar como a relação propósito se caracteriza em relação ao parâmetro de dependência temporal, vamos nos deter em casos de orações propósito desenvolvidas, isto é, encabeçadas por “para que” e com verbo no subjuntivo. Em orações propósito com verbos no infinitivo, uma vez que se trata de uma forma nominal, não é possível verificar variação temporal ao modificar o tempo da oração principal. Além disso, o infinitivo na subordinada é, em si, uma forma de RTD.

Neves (2011a) afirma que as orações iniciadas por “para que” podem construir-se no presente ou no pretérito imperfeito do subjuntivo. Acreditamos que essa variação temporal está condicionada pelo tempo da oração principal. Vejamos como o exemplo em (11a), extraído de Neves (2011a), pode ser parafraseado mudando o tempo verbal da oração nuclear e da oração propósito (cf. (11a)-(11g)).

- (11) a Dona Leonor *fez* sinal **para que me *aproximasse***. (Neves, 2011a, p.889)  
 b Dona Leonor *fez* sinal **para que me *aproxime***.  
 c Dona Leonor *faz* sinal **para que me *aproxime***.  
 d \*Dona Leonor *faz* sinal **para que me *aproximasse***.  
 e Dona Leonor *fazia* sinal **para que me *aproximasse***.  
 f \*Dona Leonor *fazia* sinal **para que me *aproxime***.  
 g Dona Leonor *fará* sinal **para que me *aproxime***.  
 h \*Dona Leonor *fará* sinal **para que me *aproximasse***.

As parafrases de (11a) revelam que o tempo verbal selecionado na oração nuclear tem suas implicações no tempo verbal da oração

propósito, isto é, determinadas combinações de tempo verbal entre a oração nuclear e a oração propósito tornam todo o enunciado agramatical (cf. (11d), (11f) e (11h)). De certa maneira, tal fato é motivado semanticamente, já que, na relação propósito, a realização do estado de coisas dependente, partindo da localização temporal do estado de coisas principal, é apresentada como possível num ponto futuro do tempo (cf. Cristofaro, 2003, p.158). Segundo Cristofaro (2003), algumas relações adverbiais determinam o tempo de referência ou o valor aspectual dos estados de coisas articulados. Na relação propósito, de acordo com ela, o estado de coisas dependente é posterior ao principal, isto é, os estados de coisas articulados são sequenciais, por isso o tempo de referência de um deles é determinado em relação ao tempo do outro.

Assim como Hengeveld (1998) e Pérez Quintero (2002), e com base nos dados analisados no estudo aqui apresentado, conclui-se que as orações propósito do português apresentam referência temporal dependente, uma vez que há uma restrição, imposta pelo tempo da oração nuclear, à seleção do tempo verbal da oração propósito.

O terceiro parâmetro semântico diz respeito à factuality, que pode ser aplicado a qualquer tipo de entidade e distingue orações factuais de não factuais. A factuality de uma oração adverbial relaciona-se à aplicabilidade de uma propriedade, à realidade de um estado de coisas ou ao valor de verdade de um conteúdo proposicional: enquanto orações factuais descrevem uma propriedade como aplicável, um estado de coisas como real e um conteúdo proposicional como verdadeiro, orações não factuais descrevem uma propriedade como não aplicável, um estado de coisas como irreal e um conteúdo proposicional como falso.

Pérez Quintero (2002) caracteriza a oração propósito como um estado de coisas que constitui um objetivo a ser atingido em relação ao que está descrito na oração principal, ou seja, conforme se observa nas ocorrências em (12), as orações propósito designam objetivos que fazem parte do mundo das intenções.

- (12) a havia ali uma fraga muito com[...], muito ao fundo e, e eu olhei para a frente, **para descer a fraga**, para chegar ao caminho largo, e olhava para trás. (Portugal 95: Bruxedos)
- b quer saber que ele tem para almoçar, jantar e que ele vai lutar e vai ganhar mais **para fazer a mesma coisa**. (Brasil 80: Jogo do bicho)

Não há, dessa forma, como se fiar na realidade do evento descrito, isto é, não se pode ter certeza da realidade do estado de coisas descrito na oração propósito. Em (12a), por exemplo, o evento de “descer a fraga” faz parte das intenções do sujeito que “olha para a frente”, o que não nos permite assegurar a sua realidade ou ter certeza de sua ocorrência. Já em (12b), o evento de “fazer a mesma coisa” informa a intenção ou o objetivo de um sujeito que “vai ganhar mais”; não há nada, entretanto, que garanta a realidade ou a concretização desse propósito. Seguindo Hengeveld (1998) e Pérez Quintero (2002), nossa proposta é a de caracterizar as orações propósito como não factuais.

De acordo com Hengeveld (1998), as orações propósito são não factuais por descreverem um evento que, projetado para o futuro, é considerado irreal a partir da perspectiva do ponto de referência temporal da oração principal. Em (12), podemos observar que, partindo do marco temporal definido na oração principal (passado, em (12a), e futuro, em (12b)), os eventos de “descer a fraga” e de “fazer a mesma coisa” são incertos e, portanto, não factuais.

Um último parâmetro a ser considerado na caracterização semântica das orações propósito é a pressuposição. Hengeveld (1996), para caracterizar tal parâmetro, vale-se da relação de complementação instaurada por dois predicados encaixadores do inglês: *realize* (cf. (13)) e *believe* (cf. (14)).

- (13) a John realizes that Sheila is ill.  
João imagina que Sheila está doente.
- b John doesn't realize that Sheila is ill.  
João não imagina que Sheila está doente.
- c \*I don't realize that Sheila is ill.  
\*Eu não imagino que Sheila está doente.

- (14) a John believes that Sheila is ill.  
João acredita que Sheila está doente.
- b John doesn't believe that Sheila is ill.  
João não acredita que Sheila está doente.
- c I don't believe that Sheila is ill.  
Eu não acredito que Sheila está doente.
- (Hengeveld, 1996, p.126)

Segundo o autor, os complementos de ambos os predicados encaixadores são proposições. *Realize* requer um complemento que se pressupõe verdadeiro; já *believe* não requer um complemento que se pressupõe verdadeiro, pois o falante pode ou não estar convencido da verdade do complemento proposicional. É, portanto, o parâmetro de pressuposição que determina a agramaticalidade de (13c) e a gramaticalidade de (14c), em inglês.

Hengeveld (1998), ao analisar as orações adverbiais, associa o parâmetro de pressuposição ao de factividade: se uma oração é factiva, ou seja, se é pressuposta a ser factual, então é pressuposta; por outro lado, se uma oração é contrafactiva, isto é, se é pressuposta a ser não factual, então é não pressuposta. Para Pérez Quintero (2002), variados autores defendem diferentes concepções para esse parâmetro e Hengeveld (1998) não oferece uma definição precisa de pressuposição. A autora propõe então para seu estudo uma visão mais pragmática a respeito da pressuposição, levando em conta as estratégias do falante em moldar sua mensagem de acordo com as suas expectativas sobre o conhecimento de seu interlocutor. Dessa forma, pressuposição, do domínio factual, implica factividade, isto é, a pressuposição de que um evento é real ou de que um conteúdo proposicional é verdadeiro, e, no domínio não factual, não pressuposição implica contrafactividade, isto é, a pressuposição de que um evento não é real ou de que um conteúdo proposicional não é verdadeiro.

Oliveira (2008, p.66), partindo das considerações de Hengeveld (1998) e Pérez Quintero (2002), entende que uma oração é pressuposta se o falante formular seu enunciado supondo que seu ouvinte tem conhecimento da realidade/irrealidade ou da veracidade/falsidade do conteúdo veiculado na adverbial. Por outro lado, se

o falante produz seu enunciado supondo que seu ouvinte não tem conhecimento da realidade/irrealidade ou da veracidade/falsidade do conteúdo descrito pela oração adverbial, esta será classificada como não pressuposta.

Partindo dessa caracterização sobre pressuposição e observando as ocorrências em (15), podemos dizer que a oração propósito, ao veicular um conteúdo cuja irrealidade, na suposição do falante, não é conhecida pelo ouvinte, é não pressuposta.

- (15) a você se sente feliz, porque você luta **para ganhar ele** (Brasil 80: Jogo do bicho)
- b recorri várias vezes à urgência do Hospital da Covilhã, onde me administravam uma injeção intravenosa, **para o coração voltar ao normal** (Portugal 97: Mal desconhecido)
- c eh, nós íamos as noites, íamos às noi[...], às noites ao encontro dos, dos tais meninos. levávamos às vezes comida, cobertores e isto **para fazermos a distribuição a estas tais crianças** (Angola 97: Meninos de rua)

Em (15b), por exemplo, a oração propósito designa um evento que, na verdade, caracteriza o objetivo da realização do evento principal. Como se trata de um objetivo no mundo das intenções, é impossível fiar-se em sua realidade e, para o falante, o ouvinte desconhece tal conteúdo.

Partindo dessa explanação, podemos caracterizar a oração propósito no português como designando um estado de coisas, apresentando referência temporal dependente, não factual e, por fim, não pressuposta.

## Padrões de estruturação da relação propósito no português

Conforme já observamos, com base em aspectos morfossintáticos, distinguimos três padrões de estruturação da relação propósito no português. Os aspectos morfossintáticos mobilizados para tal

distinção são, basicamente, a ordem da oração propósito em relação à oração principal e a presença/ausência de conectivo a articular as duas orações.

Embora na distinção desses três padrões o foco esteja em aspectos morfossintáticos da relação propósito, cada padrão apresenta propriedades semântico-pragmáticas distintas. Nossa proposta representa o percurso de análise de qualquer estudo funcionalista: alinhar condicionamentos discursivos (semânticos e pragmáticos) à expressão morfossintática.

O primeiro padrão caracteriza-se pela articulação entre uma oração principal e uma oração propósito por meio da preposição “para” (cf. (16)) ou da locução conjuntiva “para que” (cf. (17)), sendo a oração propósito posposta à oração principal (cf. Esquema 1).

Esquema 1 – Padrão 1 da relação propósito

oração principal	para que	oração propósito
oração principal	para	oração propósito

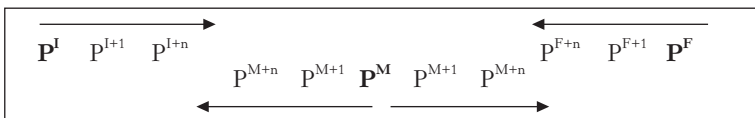
- (16) a -> exactamente. eu queria era aproveitar, ver o que dava **para poder, assim, conhecer o lugar** (Brasil 80: Surpresas da fotografia)
- b -> foram ter com ele e deram-lhe cinco mil escudos **para ele se vender** (Portugal 97: Desporto e dinheiro)
- c -> nós fomos para o Fogo **para fazer uma visita de estudos cujo objectivo era ver os aspectos geomorfológicos, vulcanológicos e hidrogeológicos no terreno.** (Cabo Verde 95: Ilha do Fogo)
- (17) a eu espero que no futuro as coisas tornam de uma maneira diferente **para que eles cheguem onde querem.** (Cabo Verde 95: As mornas)
- b então, há dois aspectos importantes que é, primeiro, fazer a ed[...], a campanha de educação ambiental, alertar as populações, **para que a maioria tenha consciência do que está a fazer e do que deve ser feito, como pode ser feito.** (Angola 97: Guerra e ambiente)
- c segundo, ao mesmo tempo fazer publicação de leis **para que logo a seguir seja possível a aplicação de acções coercivas** (Angola 97: Guerra e ambiente)

A posposição da oração propósito condiz com o Universal 15 de Greenberg (1966, p.84, apud Wakker, 1987, p.90): “In expressions of volition and purpose, a subordinate verbal form always follows the main verb as the normal order expect in those languages in which the nominal object always precedes the verb” [Em expressões de volição e de propósito, uma forma verbal subordinada sempre segue o verbo principal como uma ordem natural, exceto nas línguas em que o objeto nominal sempre precede o verbo].

Seguindo o modelo da GDF, Pezatti (2014a) considera que o português dispõe de três posições absolutas para a ordenação de constituintes: a posição inicial ( $P^I$ ), a posição medial ( $P^M$ ) e a posição final ( $P^F$ ). Segundo a autora, o português, enquanto língua de predicado medial, reserva a posição  $P^M$  para a alocação do predicado oracional, e as posições periféricas ( $P^I$  e  $P^F$ ) abrigam constituintes psicologicamente salientes. Conforme se observa no Esquema 2 a seguir, outras posições podem ser definidas relativamente a essas três posições absolutas, isto é, pode-se fazer uso da posição inicial ( $P^I$ ) e suas expansões para a direita ( $P^{I+1}$ ,  $P^{I+n}$ ), da posição final ( $P^F$ ) e suas expansões para a esquerda ( $P^{F-1}$ ,  $P^{F-n}$ ) e da posição medial ( $P^M$ ) e suas expansões para a direita ( $P^{M+1}$ ,  $P^{M+n}$ ), para a esquerda ( $P^{M-1}$ ,  $P^{M-n}$ ) ou para ambas as direções.

Vários fatores podem interferir na determinação da ordenação de constituintes: fatores relativos às funções pragmáticas e à referenciação associam-se ao nível interpessoal; aqueles relacionados às funções semânticas e à designação, ao representacional; e aqueles relacionados às funções sintáticas e à complexidade estrutural do item linguístico, ao morfossintático. Se, em uma língua, a ordenação de constituintes é direcionada por funções pragmáticas, a colocação desses constituintes deve preceder a de outros constituintes e tem preferência pelas posições marginais da oração.

Esquema 2 – Posições absolutas e relativas da oração no português (cf. Pezatti, 2014a)





Seguindo tal padrão geral de ordenação de constituintes oracionais da GDF, as orações propósito desse primeiro padrão ocupam a margem direita da oração, especificamente, a posição P<sup>F</sup>, periférica e saliente em termos psicológicos e comunicativos. A seguir, representamos as ocorrências (16c) e (17b) segundo o padrão de ordenação dessa gramática.

	P <sup>I</sup>	P <sup>M</sup>	P <sup>F-1</sup>	P <sup>F</sup>
(16)	c	nós fomos	para o Fogo	<b>para fazer uma visita de estudos cujo objectivo era ver os aspectos geomorfológicos, vulcanológicos e hidrogeológicos no terreno</b>

	P <sup>M</sup>	P <sup>M+1</sup>	P <sup>F</sup>
(17)	b	alertar a população	<b>para que a maioria tenha consciência do que está a fazer e do que deve ser feito, como pode ser feito</b>

Esse padrão de ordenação obedece ao princípio de iconicidade, conforme definido por Hengeveld e Mackenzie (2008), um dos que governam a relação entre o nível morfossintático e o duplo *input* proveniente dos níveis interpessoal e representacional. De acordo com esse princípio (ibidem, p.283-4), uma expressão linguística tende a refletir a ordem natural dos elementos no mundo extralinguístico, como se vê no exemplo (18), em que os dois atos discursivos estão ordenados de forma a refletir a sequência cronológica no mundo extralinguístico dos estados de coisas evocados por cada ato discursivo.

(18) O jogo começou às 7h30 e terminou em empate.

Segundo Wakker (1987), o princípio de iconicidade parte do fato de que, em geral, a ordenação da oração principal e da oração subordinada reflete a ordem dos estados de coisas no mundo. No caso da relação propósito, a ordem posposta da oração propósito em relação à oração nuclear é icônica, por condizer com a ordem natural dos fatos no mundo real, isto é, o objetivo ou o propósito representado

na oração propósito é realizado, no mundo real, posteriormente ao evento apresentado na oração principal.

Um segundo princípio que pode interferir nessa ordenação posposta da oração propósito é o princípio de complexidade. Segundo Wakker (1987), há uma preferência em ordenar constituintes menos complexos antes de constituintes mais complexos, sendo a oração subordinada um constituinte mais complexo (cf. Dik, 1997a; Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.331-2). Com as ocorrências (16) e (17), observamos que as orações propósito apresentam uma complexidade estrutural, isto é, um peso estrutural maior do que qualquer outro constituinte da oração, o que pode influenciar sua ordenação ao final da oração, especificamente em P<sup>F</sup>.

Para Thompson (1984) e Dias (2001a), as orações propósito, quando pospostas, exercem apenas um papel semântico em relação à oração principal. Orações propósito em posição final não respondem a nenhuma expectativa discursiva, apenas contêm o propósito do estado de coisas representado na oração principal (cf. Thompson, 1984).

Dias (2001a), seguindo a ideia de Thompson (1984), defende que a oração propósito, quando posposta à oração nuclear, tem apenas a função de delimitar a informação nela contida, identificando a finalidade do sujeito que controla o estado de coisas principal e restringindo a ação dele, ao colocar a sua vontade no movimento da finalidade. Ainda segundo a autora, a posposição preserva a continuidade tópica do discurso, isto é, não interrompe o fluxo tópico dele.

Com base na proposta teórico-metodológica da GDF, podemos dizer que as orações propósito em posição final, no nível representacional, correspondem a modificadores do estado de coisas designado na oração principal e que, no nível interpessoal, não cumprem nenhuma função pragmática, como foco, tópico ou contraste. O posicionamento em P<sup>F</sup> reflete a ordenação icônica e a atuação do princípio de complexidade estrutural. Entre a oração principal e a oração propósito em posição final há apenas um vínculo semântico, isto é, estabelece-se somente a função (ou relação) propósito.

Tal proposta de caracterização do primeiro padrão de estruturação da relação propósito no português segundo a GDF fica mais clara ao observarmos as representações da ocorrência (19) a seguir. No nível interpessoal (NI), tanto a oração principal como a oração propósito constituem conteúdos comunicados (C), não havendo nenhuma função pragmática atribuída ao conteúdo comunicado designado pela oração propósito. Já no nível representacional (NR), oração principal e oração propósito designam estados de coisas (e) e, entre esses dois estados de coisas, estabelece-se a função propósito (*purpose*, no inglês). No nível morfossintático, a função (ou relação) propósito é codificada por uma palavra gramatical (Gw), que pode ser ou a preposição “para” ou a conjunção gramatical “para que”, e a oração subordinada (<sup>sub</sup>Cl), isto é, a oração propósito, aloca-se na margem direita da oração, especificamente em P<sup>F</sup>, já que seu vínculo com a oração principal (<sup>main</sup>Cl) é estabelecido somente no nível representacional, isto é, há apenas um vínculo semântico entre as duas orações.

(19) levávamos às vezes comida, cobertores e isto **para fazermos a distribuição a estas tais crianças** (Ang97: Meninos de Rua)

NI: (A: [DECL (C<sub>i</sub>: levávamos às vezes comida, cobertores e isto (C<sub>i</sub>)) (C<sub>j</sub>: fazermos a distribuição a estas tais crianças (C<sub>j</sub>))] (A))

NR: (ep: [e<sub>i</sub>: [(levávamos às vezes comida, cobertores e isto) (e<sub>i</sub>): (e<sub>j</sub>: [(fazermos a distribuição a estas tais crianças) (e<sub>j</sub>)<sub>Purpose</sub>])])

NM: (<sup>main</sup>Cl<sub>i</sub>: [(Vp: levávamos (Vp)) (Advp: às vezes (Advp)) (Np: comida, cobertores e isto (Np)) (<sup>sub</sup>Cl<sub>j</sub>: [(Gw: **para** (Gw) (Vp: fazermos (Vp)) (Np: a distribuição a estas tais crianças (Np) (Cl<sub>j</sub>))] (Cl<sub>i</sub>))

P <sup>M</sup>	P <sup>M+1</sup>	P <sup>M+2</sup>	P <sup>F</sup>
levávamos	às vezes	comida, cobertores e isto	<b>para fazermos a distribuição a estas tais crianças</b>

O segundo padrão, por sua vez, caracteriza-se pela articulação entre uma oração principal e uma oração propósito por meio da preposição “para” (cf. (20)) ou da locução conjuntiva “para que” (cf. (21)), sendo a oração propósito anteposta à oração principal (ver Esquema 3).

Esquema 3 – Padrão 2 da relação propósito

para que	oração propósito	oração principal
para	oração propósito	oração principal

- (20) a **Para que os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor**, Pantene contém Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche. (Neves, 2011a, p.892)\*
- b E uma rainha, **para que possa agir sensatamente**, deve ficar a par de tudo o que se passa. (Ibidem)

\* Exemplos de orações propósito antepostas encabeçadas pela locução conjuntiva “para que” não foram encontrados no corpus. Para exemplificar essa possibilidade de estruturação da relação propósito, recorremos aos exemplos trazidos em Neves (2011a).

- (21) a e então, de repente, e havia assim uma rede verde, a separar a areia e de um lado estavam as prisioneiras, não é, e do outro lado eu pressuponho que eram as pessoas normais, que estavam ali, no resto da praia e depois **para se sair dali** tinha que se atravessar aquele bocado da areia e depois ia-se para a prisão... (Portugal 95: Sonho)
- b – porque esses selos, **para serem feitos**, eles baseiam-se em fotografias, não é, (Cabo Verde 95: Colecionismo)
- c então, acho que desde o momento que ela fez isso, não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo, não é, porque ela **para fazer**, tinha que falar comigo. não falou. e eu, e eu qui[...], sempre quis assumir, não é, um compromisso com ela. (Brasil 80: Gosto dela)

Com base nos princípios de ordenação da GDF, as orações propósito, nesse segundo padrão, posicionam-se na margem esquerda da oração, especificamente, em P<sup>I</sup>, outra posição periférica da oração, psicológica e comunicativamente saliente. A representação de (20a) e (21a) mostra esse posicionamento da oração propósito em P<sup>I</sup>.

- |        |                                                            |                  |                |                                                  |
|--------|------------------------------------------------------------|------------------|----------------|--------------------------------------------------|
|        | P <sup>I</sup>                                             | P <sup>I+1</sup> | P <sup>M</sup> | P <sup>M+1</sup>                                 |
| (20) a | <b>para que os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor</b> | Pantene          | contém         | Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche |

- |        |                          |                         |                        |
|--------|--------------------------|-------------------------|------------------------|
|        | P <sup>I</sup>           | P <sup>M</sup>          | P <sup>M+1</sup>       |
| (21) a | <b>para se sair dali</b> | tinha que se atravessar | aquele bocado de areia |

Essa possibilidade de ordenação da oração propósito não condiz com o Universal 15 de Greenberg (1966, apud Wakker, 1987) e rompe com os princípios de iconicidade e de complexidade estrutural, uma vez que não representa a ordem natural dos eventos no mundo real, e o constituinte mais complexo (no caso, a oração propósito) não segue os constituintes menos complexos.

Thompson (1984) afirma que as orações propósito em posição inicial apresentam uma função discursiva. Dias (2001a; 2001b) reforça tal ideia ao defender que, quando antepostas, essas orações não só projetam o valor de finalidade ou de propósito em relação a uma oração principal, mas também funcionam como orações temáticas, desempenhando o papel de tópico discursivo. A autora, com base em Haiman (1978), entende tópico como aquilo sobre o que o falante irá discorrer (em contraste com aquilo que se diz sobre o tópico – o comentário) e como informação dada (sendo o comentário informação nova). Além disso, segundo a autora, as orações propósito antepostas retomam informações já expressas. A anteposição da oração propósito, portanto, revela um condicionamento discursivo, isto é, uma determinação de ordem pragmática. Seguindo os princípios e a metodologia da GDF, podemos dizer que tais determinações estão no nível interpessoal, especificamente, na atribuição da função pragmática tópico à oração propósito.

Como demonstram as ocorrências em (20) e (21), a oração propósito assinala o domínio de referência para o qual a oração principal indicará uma solução, ou melhor, ela cria o cenário no qual a oração principal deve ser interpretada e, assim, é ela que vai fazer a relação entre o conteúdo evocado pela oração principal e o contexto criado textual ou situacionalmente. Em (21a), por exemplo, o falante está narrando um sonho, em que havia prisioneiras e uma rede verde junto a um monte de areia que separavam as prisioneiras das pessoas livres. A oração propósito “para se sair dali” retoma a porção textual anteriormente expressa (“sair do local onde as prisioneiras estavam”) e estabelece um cenário a partir do qual se deve interpretar a oração principal “tinha que se atravessar aquele bocado de areia”.

O tópico, para a GDF, além de assinalar como o conteúdo comunicado se relaciona com o registro gradualmente construído

no componente contextual, também pode orientar o ouvinte em relação à informação nova a ser introduzida no discurso ou indicar o cenário do estado de coisas evocado (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.94). Essas duas propriedades podem ser visualizadas nas orações propósito em (20) e (21): elas orientam o ouvinte em relação a como interpretar o estado de coisas designado na oração principal, criando um cenário que coordene tal interpretação.

Nesse segundo padrão da relação propósito, as duas orações (a principal e a propósito) mostram-se integradas, de forma que não se pode analisá-las como duas unidades linguísticas independentes ou desvinculadas. Em (21a), a oração propósito antecede a oração principal e todo o período inicia por dois marcadores discursivos: “e”, cuja função é conectar as informações, e “depois”, cuja função é assinalar o sequenciamento das informações textuais. Assim como ocorre no primeiro padrão, notamos que, no segundo padrão, a oração propósito está dentro do domínio oracional, ou melhor, oração principal e oração subordinada constituem um único ato discursivo.

As ocorrências em (20b), (21b) e (21c) são tradicionalmente tratados como casos de intercalação, e a oração propósito, dessa forma, ocupa uma posição medial (cf. Dias, 2001a). Tal tratamento, no âmbito de nossa abordagem, não se justifica, uma vez que, se tomamos como ponto de partida a forma verbal da oração principal, somente duas posições estão disponíveis para posicionar a oração adverbial: a posição anterior ou posterior à oração principal. Em (21b), por exemplo, o sintagma “esses selos” não pertence ao domínio da oração, compreendido pela oração propósito e pela oração principal, mas constitui outro ato discursivo. Há, assim, dois atos discursivos distintos ([esses selos] $A_1$  e [para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias] $A_2$ ) articulados por uma relação de dependência em que  $A_2$  é o ato nuclear, e  $A_1$ , o ato subsidiário. A esse ato subsidiário é atribuída a função retórica de orientação, ou seja, a função de  $A_1$  é orientar o ouvinte em relação aos referentes do conteúdo comunicado que será expresso no ato nuclear. O sintagma “esses selos” é colocado, dessa forma, em posição extraoracional, especificamente, na posição  $P^{pré}$ . Já  $A_2$  ocupa posição central na expressão linguística, especificamente, em  $P^{centro}$ , e seus constituintes

são posicionados conforme o padrão de ordenação da oração, ficando a oração propósito em P<sup>I</sup> (cf. representação de (21b)).

- |        |                    |                   |                  |                     |                  |
|--------|--------------------|-------------------|------------------|---------------------|------------------|
|        |                    | P <sup>I</sup>    | P <sup>I+1</sup> | P <sup>M</sup>      | P <sup>M+1</sup> |
| (21) b | <b>esses selos</b> | para serem feitos | eles             | baseiam-se          | em fotografias   |
|        | P <sup>pré</sup>   |                   |                  | P <sup>centro</sup> |                  |

A intercalação, além disso, tem sido definida como a ruptura da adjacência de constituintes oracionais, como nas ocorrências (20b) e (21c), em que as orações propósito rompem a adjacência entre sujeito e predicado. Na GDF, esses casos de ruptura também podem ser tratados como (21b), isto é, como casos de extraoracionalidade: os subatos de referência “rainha”, em (20b), e “ela”, em (21c), não pertencem ao domínio da oração, mas ao da expressão linguística, já que funcionam, no nível interpessoal, como atos subsidiários de orientação, e ocupam, no nível morfossintático, posição anterior à oração, a P<sup>pré</sup> (cf. as representações de (20b) e (21c)). Portanto, não estamos assumindo aqui que esses constituintes são o sujeito da oração principal. Tal fato fica evidente com a possibilidade de haver um pronome anafórico na oração principal que retoma o subato presente no ato orientação (cf. (20b’)) ou pela ocorrência do fenômeno comumente chamado de duplicação do sujeito (cf. (21c’)).

- |        |                     |                                     |                     |                                 |
|--------|---------------------|-------------------------------------|---------------------|---------------------------------|
|        |                     | P <sup>I</sup>                      | P <sup>M</sup>      | P <sup>M+1</sup>                |
| (20) b | <b>e uma rainha</b> | para que possa agir<br>sensatamente | deve ficar          | a par de tudo<br>o que se passa |
|        | P <sup>pré</sup>    |                                     | P <sup>centro</sup> |                                 |

- |        |                   |                |                     |                  |
|--------|-------------------|----------------|---------------------|------------------|
|        |                   | P <sup>I</sup> | P <sup>M</sup>      | P <sup>M+1</sup> |
| (21) c | <b>porque ela</b> | para fazer     | tinha que falar     | comigo           |
|        | P <sup>pré</sup>  |                | P <sup>centro</sup> |                  |

(20) b’ e **uma rainha**<sub>i</sub>, para que possa agir sensatamente, **ela**<sub>i</sub> deve ficar a par de tudo o que se passa.

(21) c’ porque **ela**<sub>i</sub>, para fazer, **ela**<sub>i</sub> tinha que falar comigo.

Para concluir, em relação ao segundo padrão de estruturação da relação propósito, devemos observar as representações da ocorrência (20a) a seguir reproduzido: no nível interpessoal, oração principal e oração propósito constituem conteúdos comunicados (C) e, diferentemente do que acontecia no primeiro padrão, a um deles, especificamente àquele que representa o propósito da ação descrita pelo outro conteúdo comunicado, é atribuída a função pragmática tópico (*topic*, em inglês); no nível representacional, assim como no primeiro padrão, a oração propósito funciona como modificador de um estado de coisas (e) principal, e, dessa forma, entre oração principal e oração propósito estabelece-se a relação (ou função) propósito (*purpose*); no nível morfossintático, a atribuição da função pragmática tópico no nível interpessoal é codificada pelo posicionamento da oração propósito (<sup>sub</sup>Cl<sub>i</sub>) na margem esquerda da oração, especificamente, em P<sup>I</sup>, e a função propósito é codificada por uma palavra gramatical (Gw) que pode ser a preposição “para” ou a conjunção gramatical “para que”.

(20) a **Para que os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor**, Pantene contém Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche. (NEVES, 2011, p. 892)

NI: (A: [DECL (C<sub>i</sub>: Pantene contém Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche (C<sub>i</sub>)) (C<sub>i</sub>: os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor (C<sub>i</sub><sub>Topic</sub>))] (A))

NR: NR: (ep: [e<sub>i</sub>: [(Pantene contém Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche) (e<sub>i</sub>): (e<sub>i</sub>: [(os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor) (e<sub>i</sub><sub>Purpose</sub>)]

NM: NM: (<sup>main</sup>Cl<sub>i</sub>: [ (<sup>sub</sup>Cl<sub>j</sub>: [(Gw: **para\_que** (Gw)) (Np: os cabelos (Np)) (Vp: cresçam e se desenvolvam melhor) (Cl<sub>j</sub>)] (Np: Pantene (Np)) (Vp: contém (Vp)) (Np: Pantyl (Np))] (Cl<sub>i</sub>))

P <sup>I</sup>	P <sup>I+1</sup>	P <sup>M</sup>	P <sup>M+1</sup>
<b>para que os cabelos cresçam e se desenvolvam melhor</b>	Pantene	contém	Pantyl, substância vitamínica exclusiva da Roche

Por fim, o terceiro padrão flagra uma instância de gramaticalização de verbos de movimentos, como “ir” e “vir” (cf. (22a) e (22b)).



Esquema 4 – Padrão 3 da estruturação da relação propósito

oração principal	oração propósito
verbo “ir”/“vir” + advérbio de lugar	verbo no infinitivo

- (22) a só, teve no dia da, da, da mulher, não é, no dia internacional da mulher, foi uma moça lá, uma advogada essa que era mocinha, que eu já citei. ela foi lá **dar uma palestra para a gente**, não é (Brasil 80: Mundo do direito)
- b e a chocalhada parou de tocar e, e viemos a casa **buscar os facho-queiros**, corremos aquela mata toda – era uma mata aí adiante, basta – e não se viam os bois. (Portugal 95: Bruxedos)

Conforme assinala Dias (2001a), as orações propósito são contexto propício para a gramaticalização desses verbos de movimento, já que o propósito, ou a finalidade, pressupõe uma trajetória de uma origem para uma meta, e os verbos de movimento, como “ir”, pressupõem um deslocamento no espaço. De certa forma, tal fato se relaciona com algumas considerações de Cristofaro (2003) a respeito da relação propósito. Segundo a autora, os casos típicos de relação propósito envolvem predicados de movimento (*motion predicates*, no inglês), pois, nesse tipo de construção, uma entidade vai a algum lugar com a finalidade ou o propósito de obter a realização de certo estado de coisas.

Lehmann (2011) denomina tal padrão de construção de movimento com propósito, no qual, conforme demonstra a representação em (23), há um sintagma verbal (SV) complexo que contém o verbo principal, um verbo intransitivo (V.intr) no infinitivo, um sintagma adverbial (SAdv) e um SV dependente infinitival (SV.inf).

- (23) [[ A ]<sub>V.intr</sub> ( [ B ]<sub>SAdv</sub> ) [ [ C ]<sub>SV.inf</sub> ( D ) ]<sub>SV.inf</sub> ]<sub>SV</sub> (Lehmann, 2011)

A propriedade morfossintática marcante nesse padrão, conforme também atesta Lehmann (2011), é a ausência do conectivo para indicar a relação propósito e a presença, na oração principal, de um verbo de movimento orientado, como “ir” e “vir”. Ao nosso ver, é a presença do advérbio de lugar entre o verbo de movimento e o verbo no infinitivo que faz que a leitura de propósito ainda perma-

neça. Dessa forma, podemos distinguir uma oração principal, cujo verbo é de movimento, e uma oração propósito, sem um operador para prefaciá-la e com um verbo no infinitivo.

O verbo de movimento, conforme demonstram os dados, pode ser conjugado no presente do indicativo (cf. (24a)), no pretérito perfeito (cf. (24b)) ou imperfeito (cf. (24c)) do indicativo ou em tempo composto, marcando o aspecto durativo (cf. (24d)).

- (24) a -> pratica-se com o consentimento do país se essa... pessoa que vai fazer é muito nova, como uma pessoa assim de dezasseis anos, se os pais acharem que ela é muito nova para dar luz àquele bebé, então *vão a uma clínica, legalmente, ou hospital, fazer o aborto*. (Guiné-Bissau 95: Aborto)
- b só, teve no dia da, da, da mulher, não é, no dia internacional da mulher, foi uma moça lá, uma advogada essa que era mocinha, que eu já citei. *ela foi lá dar uma palestra para a gente*, não é (Brasil 80: Mundo do direito)
- c acabavam de ter o bebé, normal, sem problema de rasgos, sem, sem fortes contracções, e... *iam para a cozinha fazer o... pequeno-almoço*. (Cabo Verde 95: Colher e panela)
- d -> já. ele, por acaso, ele agora até, ele já dá aulas e, portanto está a morar sozinho e as vezes que *eu tenho ido lá passar fim de semanas*, faz o jantar, lava a loiça, arruma a casa, por isso está a ficar bem treinado. (Portugal 96: Marido ideal)

Diversos trabalhos destacam o alto grau de vinculação das orações propósito (cf. Martelotta, 2001; Dias, 2001a). Esse terceiro padrão constata uma forte vinculação da oração propósito à oração principal, o que pode ser evidenciado com as seguintes características listadas por Martelotta (2001), com base no princípio de proximidade de Givón (1990):

- a) Presença de forma nominal: orações reduzidas, ao apresentarem uma forma nominal e, dessa forma, perderem propriedades de oração, são mais vinculadas às orações principais.
- b) Ausência de conectivos: podemos perceber que, em relação ao conector, as orações propósito apresentam três diferentes graus de vinculação ou integração: para que > para > Ø .

- c) Sujeito idêntico: a presença de sujeitos idênticos pode oferecer evidências da vinculação ou integração das orações; em todos os exemplos desse terceiro padrão, o sujeito da oração principal é o mesmo do da oração propósito.

Esse terceiro padrão pode ser descrito, na GDF, com base nas representações da ocorrência (25) a seguir: no nível interpessoal (NI), oração principal e oração propósito constituem conteúdos comunicados (C) aos quais não há atribuição de função pragmática; no nível representacional, oração propósito e oração principal representam estados de coisas (e) articulados por meio da função propósito (“purpose”); no nível morfossintático, por fim, a oração propósito (<sup>sub</sup>Cl) aloca-se em P<sup>F</sup>, já que não há atribuição de função pragmática no nível interpessoal e a função propósito não é codificada por uma palavra gramatical, como ocorre nos padrões 1 e 2, mas se constrói por meio de outros mecanismos linguísticos, como a presença, na oração principal, de um verbo (Vp) de movimento seguido de um sintagma adverbial (Advp) locativo em P<sup>M+1</sup>, o que estabelece uma descontinuidade entre o verbo da principal e o verbo da oração propósito; o verbo da oração propósito, necessariamente, deve vir na forma finita, no caso, no infinitivo. A descontinuidade entre verbo da oração principal e verbo da oração propósito, gerada pela interposição do sintagma adverbial locativo, garante a leitura de propósito entre as duas orações, já que, assim, o verbo da oração principal não pode ser (re)interpretado como auxiliar de futuro do verbo da oração propósito.

- (25) ele foi para o Getúlio Vargas **me esperar** (Brasil 80: Acidente)

**NI:** (A: [DECL (C<sub>i</sub>: ele foi para o Getúlio Vargas (C<sub>i</sub>)) (C<sub>j</sub>: me esperar (C<sub>j</sub>))] (A));

**NR:** (ep: [e<sub>i</sub>: [(ele foi para o Getúlio Vargas) (e<sub>i</sub>): (e<sub>j</sub>: [(me esperar) (e<sub>j</sub>)<sub>Purpose</sub>])].

P<sup>I</sup>

P<sup>M</sup>

P<sup>M+1</sup>

**NM:**

<b>P<sup>F</sup></b>
----------------------

<sup>(main</sup>Cl<sub>i</sub>: [(Np: ele (Np)) (Vp: foi (Vp)) (**Advp**: para\_o\_Getúlio Vargas (Advp) (Cl<sub>i</sub>)) (<sup>sub</sup>Cl<sub>j</sub>: [(Vp: me esperar (Vp)) (Cl<sub>j</sub>))] (Cl<sub>i</sub>))

## Palavras finais

Diversos estudos sobre a oração ou a relação propósito no português têm analisado a estrutura desse tipo de relação adverbial e seus diferentes usos. Alguns estudiosos se preocupam em caracterizar aspectos semântico-pragmáticos e estruturais envolvidos na expressão da relação propósito, com foco principal na ordem ou no vínculo sintático entre as orações (Dias, 2001a; Martelotta, 2001; Azevedo, 2002; Antonio, 2011; Neves, 2011a). Outros têm se debruçado sobre os diferentes usos dessas orações, procurando delimitar funções discursivas das orações propósito (cf. Dias, 2001b; 2002). O trabalho aqui apresentado se aproxima dos primeiros trabalhos citados, pois também procurou descrever as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas envolvidas na estruturação da relação adverbial propósito. O seu diferencial reside no fato de reunir as diferentes propriedades linguísticas da relação propósito no português em três padrões de estruturação.

Partindo da ideia de que as orações propósito designam um estado de coisas que representa o objetivo a ser alcançado por meio da realização de outro estado de coisas, presente na oração principal, focamos a ordem assumida por essas orações e a presença/ausência de conectivo como fatores-chave para a distinção dos três padrões de estruturação. No que tange à posição da oração propósito, podemos afirmar que, enquanto as finais exercem um papel mais semântico, ligando-se ao estado de coisas da oração principal, as iniciais cumprem um papel mais discursivo, a função pragmática de tópico, fornecendo uma moldura, um cenário para a interpretação da porção discursiva seguinte.